ISSN: 2674-9270
Volume. 7, n. 2, ago./dez. 2025

ARTIGO

Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

A identidade surda e educação inclusiva: destacando a integração da memória coletiva e da diferença cultural

Daiane Araújo Avelino Bezerra
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
E-mail: daianeaabezerra@gmail.com

Cláudia Lúcia Alves
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
E-mail: claudia.alves@uemasul.edu.br

Claudilene de Sousa Alves
Universidade Federal Rural da Amazônia
E-mail: claudilene.alves@ufra.edu.br

DOI: *https://doi.org/10.46636/recital.v7i2.635*

Recebido: *03 Nov. 2024*

Aceito: *13 Out. 2025*

Como citar este artigo: BEZERRA, Daiane Araújo Avelino; ALVES, Cláudia Lúcia; ALVES, Claudilene de Sousa. A identidade surda e educação inclusiva: destacando a integração da memória coletiva e da diferença cultural. **Recital - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG**, v. 7, n. 2, p. 386–400, 2025. DOI: 10.46636/recital.v7i2.635. Disponível em: https://recital.almenara.ifnmg.edu.br/recital/article/view/635.

Está obra está licenciada sobre uma Creative Commons Attribution 4.0 International License. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida ou transmitida, para propósitos comerciais, sem permissão por escrito. Para outros propósitos, a reprodução deve ser devidamente referenciada. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A identidade surda e educação inclusiva: destacando a integração da memória coletiva e da diferença cultural

RESUMO

Este artigo examina a relação entre identidade surda e educação inclusiva, destacando a integração da memória coletiva e da diferença cultural como elementos fundamentais nesse contexto. O objetivo principal é analisar como esses aspectos contribuem para a compreensão da identidade surda e sua influência na prática educacional inclusiva. Para atingir esse objetivo, adotamos uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica como metodologia principal. Entre os teóricos fundamentais para esta análise, destacam-se Alberton (2015), Halbwachs (2006), Hall (2014), Nora (1993; 1997), Skliar (1998), Strobel (2009), Woodward (2014), entre outros, e legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (2025 [1996]). Os resultados destacam a importância de reconhecer a identidade surda como uma construção cultural e social complexa, influenciada pela memória coletiva e pela diversidade cultural, e como essa compreensão pode informar práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos surdos. Esta análise ressalta a relevância de promover práticas educacionais que atendam às necessidades dos alunos surdos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária, equitativa e respeitosa à diversidade.

Palavras-chave: Identidade surda. Educação inclusiva. Memória coletiva. Diferença cultural. Práticas educacionais.

Deaf identity and inclusive education: highlighting the integration of collective memory and cultural difference

ABSTRACT

This article examines the relationship between deaf identity and inclusive education, highlighting the integration of collective memory and cultural difference as fundamental elements in this context. The main objective is to analyze how these aspects contribute to the understanding of deaf identity and its influence on inclusive educational practice. To achieve this goal, we adopted a qualitative approach, using literature review as the main methodology. Among the key theorists for this analysis are Alberton (2015), Halbwachs (2006), Hall (2014), Nora (1993; 1997), Skliar (1998), Strobel (2009), Woodward (2014), and others, and legislation such as the Brazilian Law on Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) (2025 [1996]). The results emphasize the importance of recognizing deaf identity as a complex cultural and social construction, influenced by collective memory and cultural diversity, and how this understanding can inform more inclusive and sensitive educational practices for deaf students. This analysis highlights the relevance of promoting educational practices that meet the needs of deaf students, contributing to the construction of a more egalitarian, equitable, and diversity-respecting society.

Keywords: Deaf identity. Inclusive education. Collective memory. Cultural difference. Educational practices.

INTRODUÇÃO

A conexão entre identidade surda e educação inclusiva, tema que vem atraindo crescente atenção e debate na educação contemporânea, exige compreender a identidade surda como uma construção cultural e social complexa, o que traz implicações significativas para as práticas educacionais voltadas à inclusão e à valorização da diversidade, ressaltando a importância de integrar a memória coletiva e reconhecer as diferenças culturais nesse contexto. Neste artigo, exploramos como essas esferas se relacionam, destacando a importância de integrar a memória coletiva e reconhecer as diferenças culturais nesse contexto.

A identidade surda é moldada por uma série de fatores, incluindo a língua, a cultura e a história compartilhada pela comunidade surda. Por sua vez, a educação inclusiva busca garantir que todos os alunos, independentemente de suas características individuais, tenham acesso a oportunidades educacionais significativas e enriquecedoras. No entanto, a implementação efetiva da educação inclusiva para alunos surdos requer uma compreensão profunda de suas identidades e necessidades específicas.

Nossa análise se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica como metodologia principal. Para contextualizar nossa discussão, exploramos as perspectivas teóricas de estudiosos como Stuart Hall, Maurice Halbwachs, Pierre Nora e outros, cujas contribuições são fundamentais para uma compreensão mais ampla das questões abordadas. Ao examinar criticamente esses elementos, buscamos não apenas aumentar o conhecimento acadêmico sobre o assunto, mas também fornecer perspectivas práticas para professores, formuladores de políticas e outros profissionais envolvidos na promoção da inclusão educacional. Nossa análise destaca a importância de reconhecer e valorizar a identidade surda como uma parte integral da diversidade humana e como essa compreensão pode informar práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às necessidades dos alunos surdos.

Ao longo deste artigo, pretendemos fornecer uma análise abrangente e informada sobre a relação entre identidade surda e educação inclusiva, destacando o papel fundante da memória coletiva e da diferença cultural nesse processo. Esperamos que este trabalho contribua para a promoção de uma educação mais igualitária, equitativa e respeitosa à diversidade, beneficiando não apenas os alunos surdos, mas toda a comunidade educacional.

MATERIAIS E MÉTODOS

Optamos por uma abordagem qualitativa baseada na revisão bibliográfica, para analisar a relação entre identidade surda e educação inclusiva, justificando essa escolha pela natureza exploratória do tema e pela necessidade de compreender as complexidades envolvidas nessa interseção. A revisão bibliográfica permite uma análise aprofundada das contribuições teóricas de diversos autores que abordam o tema, fornecendo uma base sólida para a discussão e interpretação dos resultados.

Assim, ao examinar e sintetizar as perspectivas de estudiosos como Alberton, Halbwachs, Hall, Nora, Skliar, Strobel, Woodward, além de documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), bem como legislações como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), buscamos identificar padrões, lacunas e convergências que possam ampliar nossa compreensão do assunto. A análise dos textos selecionados foi realizada de forma crítica e reflexiva, destacando os pontos-chave e as contribuições de cada autor para o debate sobre identidade surda e educação inclusiva. Além

disso, buscamos estabelecer conexões entre as diferentes perspectivas teóricas, visando à construção de um quadro conceitual abrangente e integrado.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO DIREITO HUMANO: VALORIZANDO A IDENTIDADE SURDA E A DIVERSIDADE

A busca por uma educação verdadeiramente inclusiva tem sido uma preocupação central das políticas educacionais em todo o mundo. A UNESCO, em sua *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educacionais Especiais*, de 1994, reafirmou o compromisso com a educação como um direito de todos, reconhecendo que a diversidade é uma característica natural da humanidade. Nessa declaração histórica, a entidade enfatizou a importância de garantir que todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso à educação de qualidade em escolas inclusivas, reforçando que a educação é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos (Brasil, 2003).

No contexto da educação inclusiva, a identidade surda emerge como um elemento central a ser considerado. Entender essa identidade vai além da questão auditiva, abrangendo uma complexa interseção de fatores culturais, linguísticos e sociais, o que torna essencial explorar esses fundamentos para desenvolver uma abordagem educacional que respeite e valorize plenamente a diversidade humana. Neste tópico, iremos examinar os princípios fundamentais da educação inclusiva, destacando a relevância da identidade surda nesse contexto.

Nessa esteira, a LDBEN estabelece os princípios fundamentais que devem orientar o ensino no Brasil, visando garantir uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais. No título II, *Dos princípios e fins da educação nacional*, o artigo 3º destaca os princípios norteadores do ensino, entre os quais citamos dois de especial relevância para nosso tema:

> **Art. 3º** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> [...]
> XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (Brasil, 2025 [1996], p. 8-9).

O primeiro princípio, enunciado no inciso I, preconiza a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Essa diretriz destaca a importância de garantir que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no ambiente educacional, incluindo aqueles com surdez ou deficiência auditiva. A igualdade de condições não se limita apenas ao acesso físico à escola, mas também abrange a disponibilidade de recursos e suportes necessários para garantir a participação integral e efetiva de todos os alunos nas atividades escolares.

Já o inciso XIV do mesmo artigo destaca o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva, reconhecendo a importância de valorizar suas identidades e formas de comunicação. Diante desses princípios, torna-se evidente a relevância de explorarmos os fundamentos da identidade surda na educação inclusiva, buscando compreender como as políticas e diretrizes educacionais podem contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos surdos e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa à diversidade.

Entretanto, é importante destacar que a inclusão requer a adoção de políticas e práticas que precisam ser cuidadosamente planejadas e implementadas, levando em

consideração as necessidades individuais dos alunos surdos e respeitando sua identidade e cultura. Conforme explicitam Tagliavini e Tagliavini, "a inclusão sem condições pode se tornar uma forma perversa de excluir e estigmatizar ainda mais os estudantes com deficiência" (2016, p. 119). Ademais, não se trata apenas de colocar os alunos surdos em salas de aula regulares, mas sim criar um ambiente educacional que seja verdadeiramente acolhedor e que promova o respeito, a igualdade, a equidade e a valorização da diversidade.

É fundamental também destacar o direito ao conhecimento, elemento central que a proposta inclusiva na escola regular deve priorizar. Tal perspectiva está em consonância com a Lei nº 14.191/2021, que altera a LDBEN ao incluir, no artigo 3º, o já citado inciso XIV, que trata do princípio do "respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva", além de instituir o "Capítulo V-A – Da Educação Bilíngue de Surdos" (Brasil, 2021, p. 1). Reafirma-se o compromisso do sistema educacional com uma inclusão que reconheça e valorize a diferença como direito e não como limitação.

Nesse contexto, a professora e pesquisadora surda Gladis Perlin (2003) realiza uma crítica ao domínio do saber ouvintista, especialmente quanto a questões relacionadas aos direitos e à vivência dos surdos. Perlin destaca a existência de sete identidades surdas que podem ser categorizadas como: surda ou política, híbrida, de transição, incompleta, flutuante, embaçada e diáspora, relacionadas à diversidade linguística, cultural e identitária dos alunos surdos.

Essas identidades convergem para o mesmo anseio dos movimentos sociais dos surdos, como destacado por Quadros: "Os movimentos surdos clamam por inclusão em uma outra vertente. Dá para se perceber que os surdos entendem inclusão como garantia dos direitos de terem acesso à educação de fato, consolidada em princípios pedagógicos que estejam adequados a eles" (2012, p. 76). A autora ressalta que a inclusão na educação vai além da presença física em escolas regulares e deve garantir o acesso efetivo à educação, considerando as necessidades e a cultura específicas dos surdos, o que nos leva a considerar como a memória coletiva e a diferença cultural podem ser integradas na prática educacional inclusiva.

INTEGRAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E DA DIFERENÇA CULTURAL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A integração da memória coletiva e da diferença cultural na educação inclusiva é fundamental para o desenvolvimento integral dos alunos surdos, promovendo o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Halbwachs, em *Memória coletiva*, fala sobre dois tipos de memória que se entrelaçam: a individual e a coletiva. Essas memórias nos conectam ao passado, ajudam a entender o presente e nos permitem imaginar o futuro. Elas são fundamentais para nossa identidade, tanto pessoal, quanto em grupo. O autor diz que:

> [...] a memória coletiva retém apenas semelhanças. Para que se possa falar de memória, é preciso que as partes do período sobre o qual ela se estende sejam diferenciadas em certa medida. Cada um dos grupos tem uma história. Neles distinguimos personagens e acontecimentos, mas o que chama a nossa atenção é que na memória as semelhanças passam para o primeiro plano no momento em que examina seu passado o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo (Halbwachs, 2006, p. 108).

Halbwachs destaca que a memória coletiva ocupa um papel fundamental na educação, pois permite que os alunos se conectem com seu grupo social e compreendam sua história e cultura compartilhada. Cada grupo social tem sua própria narrativa, repleta de personagens e eventos que moldam sua identidade, mas é a percepção das semelhanças e experiências compartilhadas que reforça essa identidade ao longo do tempo.

Ao aplicar o conceito de memória coletiva à educação inclusiva e à identidade surda, observamos que a construção da identidade surda é profundamente influenciada pela memória compartilhada da comunidade. A história comum, as experiências vividas em conjunto e a cultura única dos surdos desempenham um papel crucial na formação e fortalecimento da identidade coletiva desse grupo, pois esses elementos não apenas promovem a coesão interna, como também reforçam o sentido de pertencimento e identidade entre os membros da comunidade surda.

Destaca-se que a identidade surda, enquanto construção coletiva, emerge dentro da comunidade surda, sendo fortemente influenciada pela memória coletiva compartilhada dentro dessa comunidade. Essa memória coletiva desempenha um papel fundamental na formação da identidade surda, influenciando não apenas a maneira como os surdos se veem e se relacionam com o mundo, mas também moldando as práticas educacionais destinadas a eles. Dessa forma, a influência da memória coletiva se faz sentir de maneira significativa na educação para surdos, afetando tanto as abordagens pedagógicas, quanto os currículos desenvolvidos para atender às necessidades específicas dos alunos surdos. Conforme Halbwachs:

> No entanto, um acontecimento realmente grave sempre traz consigo uma mudança nas relações do grupo com o lugar – seja porque este modifica todo o grupo, por exemplo, uma morte ou um casamento, seja porque o grupo modifica. A partir desse momento este não será mais exatamente o mesmo grupo [...] (2006, p. 160).

Halbwachs destaca como acontecimentos significativos têm o poder de provocar mudanças nas relações e na dinâmica de um grupo. Eventos marcantes podem alterar tanto a composição do grupo, quanto a percepção que ele tem de si mesmo. Após tais eventos, o grupo pode não ser mais o mesmo, pois essas experiências moldam sua identidade coletiva de maneira fundamental. Relacionando isso às transformações pelas quais o grupo surdo passou ao longo da história, podemos observar que as práticas de marginalização e segregação tiveram um impacto significativo na comunidade surda atual, conforme resumido por Skliar:

> Foram mais de cem anos de práticas enceguecidas pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (1998, p. 8).

O autor faz referência ao Congresso de Milão, ocorrido em 1880, uma memória bastante conhecida diante do vasto conjunto de estudos na área da educação de surdos, especialmente no Brasil, que reconhecem esse congresso como um ponto central, representante de uma forma de colonização audista sobre a comunidade surda. Conforme explicitado por Lopes e Abreu:

> O congresso de Milão em 1880 é um dos marcos mais importantes da história educacional dos surdos, e suas implicações que, até hoje, são vivenciadas pelos surdos. [...] Antes do congresso de Milão não havia imposição quanto à maneira correta de se ensinar o aluno surdo. Depois das resoluções do congresso de Milão, a educação dos surdos no Brasil teve um retrocesso, ao proibir o uso de sinais, e consolidar o método oralismo, que foi definido por ouvintes no evento, sem o consentimento de surdos ou membros da comunidade surda. As resoluções definidas em Milão levaram educadores a amarrar as mãos de surdos, para que não fizessem sinais, e forçassem, em muitos casos sem nenhum resultado positivo, o uso da língua oral, todo esse processo só trouxe traumas e desgastes (2017, p. 1).

O Congresso de Milão é um marco fundante na história educacional dos surdos, com suas repercussões ecoando até os dias atuais. Representou uma mudança significativa na percepção dos surdos sobre si mesmos como grupo e na visão da sociedade sobre eles. O congresso desencadeou uma série de eventos, incluindo a *Declaração de Salamanca*, apoiada pela UNESCO, que reafirmou o direito à educação para todos, independentemente das diferenças individuais (Brasil, 2003).

Essas mudanças, impulsionadas pelas consequências do Congresso de Milão, foram fundamentais para promover o respeito e a valorização da identidade surda até os dias atuais. Dessa forma, embora memória e história não sejam sinônimos, são termos que se imbricam, conforme afirma Nora: “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (1993, p. 14).

A distinção entre memória e história se torna relevante ao examinarmos o legado do Congresso de Milão. Enquanto a história registra os eventos e suas consequências objetivas, a memória carrega as experiências e interpretações subjetivas desses acontecimentos ao longo do tempo. O Congresso de Milão não é apenas um marco histórico, mas também um ponto de referência carregado de significado para a comunidade surda.

Manter viva a memória, nesse contexto, não se limita a preservar fatos do passado, mas a sustentar a consciência coletiva e as identidades culturais impactadas por esse evento. Nora, em sua obra, ao abordar o lugar de memória, caracteriza-o de diversas formas como: “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um *elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer*” (1997, p. 2226, tradução e grifo nossos).

Isso significa que um lugar de memória pode ser tanto um local físico, quanto um conceito abstrato, desde que tenha adquirido uma importância simbólica para uma comunidade específica, ao longo do tempo. O Congresso de Milão de 1880 pode ser considerado um lugar de memória para a comunidade surda, não apenas como um evento histórico específico, mas também como um símbolo do retrocesso na educação dos surdos e da luta contínua pela valorização da identidade surda. Da mesma forma, outros eventos, como marcos legislativos, movimentos sociais, obras artísticas ou até mesmo objetos materiais, podem ser reconhecidos como lugares de memória, quando adquirem um significado especial e representativo para uma comunidade. Esse evento é um lugar de memória que reflete a marginalização e a negação da identidade surda, elementos que profundamente moldaram a comunidade surda.

Nesse contexto, a reconstrução da memória é uma prática regulada, buscando representar o passado de maneira completa, sem deixar lacunas ou falhas, em conformidade com o que Nora descreve como o tempo dos lugares:

> Os “lugares de memória” são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais (1993, p. 13).

Perceba que o autor descreve os lugares de memória como restos que surgem da necessidade de manter uma consciência histórica viva em um mundo que frequentemente a ignora. Esses lugares não são apenas locais físicos, mas também eventos, práticas e tradições que carregam um significado profundo. Eles emergem da compreensão de que a memória não é algo que acontece espontaneamente; é necessário criar e manter arquivos, celebrar aniversários, organizar eventos comemorativos e registrar atas para preservar a memória e os valores de uma comunidade. Assim, para Nora (1993), os lugares de memória são essenciais para manter vivas as identidades culturais e a continuidade da história.

O autor reforça essa visão ao destacar que esses elementos se tornam marcos fundamentais para a identidade coletiva e desempenham um papel vital na preservação e transmissão de valores ao longo do tempo:

> São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (Nora, 1993, p. 12-13).

Nora (1993) ressalta como os lugares de memória são essencialmente paradoxais em uma sociedade que perdeu seus rituais tradicionais e tende a nivelar as diferenças individuais. São pontos de referência onde a história se apoia; no entanto, ao mesmo tempo, representam uma falha na continuidade e no movimento da história, pois são momentos isolados e fixos no tempo. Esse autor argumenta que, se a memória coletiva ainda estivesse viva e ativa, esses lugares de memória não seriam necessários.

Aplicando essa ideia ao Congresso de Milão de 1880, podemos entender como ele se torna um lugar de memória ao cristalizar e fixar narrativas e memórias deformadas sobre a oposição entre línguas de sinais e língua oral. Esse evento histórico não apenas representou a marginalização e a negação da identidade surda, mas também influenciou profundamente as práticas educacionais e a formação da identidade surda ao longo do tempo.

A partir dessa análise sobre a importância dos lugares de memória, podemos agora abordar o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda. Isso implica reconhecer a integração da memória coletiva e da diferença cultural na educação inclusiva, garantindo que as experiências, valores e perspectivas da comunidade surda sejam respeitados e valorizados no ambiente educacional. Essa abordagem promove não apenas a inclusão, como também o fortalecimento da identidade surda e a construção de uma sociedade mais diversa e equitativa.

DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS SENSÍVEIS À IDENTIDADE SURDA

Para abordar o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda, é fundamental compreender os conceitos de identidade e diferença, bem

como as perspectivas teóricas de autores como Stuart Hall, Karin Strobel, Carlos Skliar e outros. Primeiramente, é importante situar o conceito de *identidade*, que tem sua origem na filosofia.

Sua disseminação vernacular e emprego prático, bem como de termos relacionados são fenômenos relativamente novos e têm origens específicas em determinadas localidades. A complexidade do nome *identidade* e suas nuances conceituais e explicativas variam de acordo com o contexto de uso e a tradição teórica subjacente. O termo é intrinsecamente ambíguo e carrega múltiplos significados, o que pode acarretar desafio na análise e na compreensão.

Para este estudo, recorremos ao conceito apresentado na obra *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* – organizada por Tomaz Tadeu da Silva, com as ideias de Stuart Hall e Kathryn Woodward –, que reúne ensaios sobre a concepção de identidade a partir da perspectiva dos Estudos Culturais. Alguns dos temas abordados no livro incluem a construção social da identidade, a natureza relacional da identidade, a multiplicidade e a fragmentação das identidades, a relação entre identidade e diferença, bem como o papel da cultura na formação da identidade (Hall, 2014; Woodward, 2014).

Gladis Perlin adota a concepção de identidade proposta por Hall (2014), embasada nos Estudos Culturais, para explicar que "a identidade é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições" (2003, p. 52). A autora enfatiza a natureza fluida e dinâmica da identidade, contrastando com a visão tradicional de que a identidade é fixa e estática. Segundo essa perspectiva, a identidade não é algo dado ou predeterminado, mas sim em constante construção e reconstrução ao longo do tempo. Ela é influenciada por uma série de fatores, incluindo contextos sociais, históricos, culturais e individuais.

Assim, a identidade é algo que está sempre mudando, ajustando-se e se adaptando, conforme as circunstâncias e as relações ao redor. Quando aplicamos essa noção de identidade ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda, torna-se evidente a importância de reconhecer a natureza fluida e diversificada das identidades surdas. Isso porque os surdos ocupam diferentes posições e papéis dentro da sociedade, e são influenciados pelos paradigmas históricos e culturais que moldaram a percepção das pessoas com deficiência, incluindo os surdos.

Antes de discutirmos esses paradigmas, é relevante observar a perspectiva de Hall sobre como as mudanças sociais afetam a identidade:

> Embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como sendo a "mesma pessoa" em todos os nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo (Hall, 1997 *apud* Woodward, 2014, p. 31).

A afirmação de Hall pode ser interpretada de maneira a destacar a diversidade de experiências e posicionamentos dos surdos em diferentes contextos sociais. Em cada um desses contextos, os surdos podem se perceber e ser percebidos de maneiras distintas, o que influencia sua identidade. Os surdos, assim como outras pessoas com deficiência, foram afetados por diferentes abordagens educacionais ao longo da história, reconhecidas como paradigmas educacionais da exclusão, segregação e integração (Sassaki, 1997 *apud* Hort; Hort, 2017). Esses paradigmas refletiam formas de lidar com a diversidade humana, porém, muitas vezes, resultavam em marginalização e negação da identidade cultural e linguística dos surdos.

Atualmente, os teóricos apontam para uma nova etapa, a inclusão, que busca criar ambientes educacionais onde todos os alunos, incluindo os surdos, são valorizados e têm suas necessidades reconhecidas e atendidas (Hort; Hort, 2017). Nesse contexto, é fundamental reconhecer a diversidade de experiências e perspectivas dos surdos em diferentes âmbitos sociais e como isso influencia sua identidade.

Retomamos o conceito cunhado por Hall e Perlin do que é identidade, como algo multifacetado e em construção, que vai moldando não apenas quem o indivíduo é, mas também como ele é percebido e se relaciona com o mundo ao seu redor. Essa conexão intrínseca entre identidade e indivíduo é o que dá forma à sua essência, distinguindo-o como um ser único e singular. O ser surdo é assim. Nesse respeito, Strobel (2007), professora e pesquisadora surda, desenvolveu um quadro que compara a representação que a sociedade tem das pessoas surdas com a autodescrição dessas próprias pessoas:

Quadro 1 – Comparativo entre representação social e representação do povo surdo

Representação social	Representação do povo surdo
Deficiente	Ser surdo
A surdez é deficiência na audição e na fala	Ser surdo é uma experiência visual
A educação dos surdos dever ter um caráter clínico-terapêutico e de reabilitação	A educação dos surdos deve ter respeito pela diferença linguística cultural
Surdos são categorizados em graus de audição: leves, moderados, severos e profundos	As identidades surdas são múltiplas e multifacetadas
A língua de sinais é prejudicial aos surdos	A língua de sinais é a manifestação da diferença linguística relativa aos povos surdos

Fonte: Strobel (2007)

A autora ilustra as diferenças entre a visão tradicional da surdez como deficiência e a perspectiva da identidade surda. A identidade surda não se baseia na ideia de deficiência, mas sim em uma experiência visual, cultural e linguística específica. Como Woodward afirma, ancorando-se em Ignatieff (1993), "a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...]" (2014, p. 13). Assim, a identidade se define em relação à identidade de outros, através da marcação simbólica que distingue um grupo de outro.

Essa interdependência entre as identidades é fundamental para a compreensão das relações sociais e políticas entre pessoas e comunidades. Lopes e Veiga-Neto (2006) exploram a ideia de marcadores culturais surdos como um conjunto de elementos que identificam, unem e fortalecem os surdos como grupo. Esses marcadores, para os autores, vão além de uma dimensão material, sendo também percebidos como impressões que refletem como os outros nos veem, gerando sentimentos que contribuem para a formação de nossa identidade como sujeitos diferenciados em relação aos ouvintes:

> [...] além da língua de sinais, da arte, do teatro e da poesia surda, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar são marcadores que nos

> permitem falar de identidades surdas fundadas em uma alteridade e uma forma de **ser surdo** (Lopes; Veiga-Neto, 2006, p. 82, grifo nosso).

A experiência visual é um marcador fundamental para a identidade surda, permitindo que os surdos se conectem com sua comunidade, expressem sua cultura e percebam o mundo de maneira visual. Para ilustrar essa forma única de interagir e entender o mundo, podemos considerar o pensamento de Strobel, que destaca que:

> Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor dele: desde os latidos de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos de sua boca e da expressão corpóreo-facial bruta – até uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos de um sujeito surdo, pelas alterações ocorridas no ambiente, como os objetos que caem abruptamente e a fumaça que surge (Strobel, 2009, p. 39).

A descrição demonstra como os surdos percebem o mundo de maneira visual devido à ausência de audição. Para eles, a compreensão do ambiente vem através dos olhos, observando sinais visuais que substituem os sons. Essa forma de percepção visual é essencial, pois molda a maneira como os surdos interagem e compreendem o mundo ao seu redor. Integrando essa perspectiva ao que estamos discutindo, é evidente que a percepção visual dos surdos não só é fundamental para sua comunicação e interação social, como também ocupa um papel vital na formação de sua identidade cultural e expressão pessoal.

A respeito, Alberton destaca que, no ambiente educacional, a relevância do visual se torna ainda mais importante, refletindo a necessidade de práticas que valorizem e integrem essa experiência sensorial única. “O aspecto visual da aprendizagem da identidade surda requer mecanismos que tragam aulas marcadas por estratégias visuais, pois o sujeito surdo explora o mundo, faz suas indagações e encontra suas possíveis respostas pelo olhar” (Alberton, 2015, p. 13-14). O aspecto visual é fundamental na aprendizagem da identidade surda, como apontado por Alberton, que defende a necessidade de usar estratégias visuais nas aulas para atender às necessidades dos alunos surdos.

A percepção visual é essencial para que esses alunos explorem o mundo, formulem perguntas e busquem respostas. Então, a utilização de métodos visuais no ensino não só facilita a compreensão, mas também é crucial para que os surdos desenvolvam sua identidade e interajam efetivamente com seu entorno. A visão não só substitui a audição, mas também desempenha um papel central na forma como os surdos processam informações e se conectam com o mundo ao seu redor.

Dado o caráter fundamentalmente baseado na percepção visual da experiência dos surdos, é imperativo que os professores busquem formas de construir novos conhecimentos e assegurar uma aprendizagem efetiva e significativa. Segundo Silva e Silva, a relevância da visualidade no processo educacional dos alunos surdos é de suma importância:

> [...] o fazer pedagógico pautado na experiência visual do aluno surdo favorece a sua inserção na sociedade, sendo extremamente pertinente trazer para as aulas aspectos que estejam diretamente relacionados à sua cultura, respeitando e valorizando a forma como compreendem o espaço e como se utilizam disso para extrair informações e se comunicar com o mundo (2021, p. 5).

Ao alinhar o ensino com a experiência visual dos alunos surdos, as práticas educacionais se tornam mais inclusivas e sensíveis à sua identidade. Isso não apenas promove uma aprendizagem mais efetiva, mas também fortalece a autoestima e o senso de

pertencimento dos alunos surdos à comunidade escolar e à sociedade em geral. Reconhecer e valorizar a perspectiva cultural e visual dos surdos na educação é essencial para garantir que eles sejam ativamente envolvidos no processo educacional e que suas necessidades e experiências sejam respeitadas e consideradas.

Não é mais admissível que a escola seja alicerçada nos princípios constitucionais e educacionais da igualdade e do respeito à diferença sendo conivente e tratando "[...] de forma discriminativa a diversidade cultural, transformando diferenças em deficiências" (Soares, 2002, p. 16). Logo, não é mais aceitável que as escolas, que devem seguir princípios de igualdade e equidade determinados pela Constituição Federal através da educação, tratem a diversidade cultural de maneira injusta e desigual, convertendo diferenças em problemas. E por que não seria admissível? Recorrendo a Hall (1997a), Woodward explica que a identidade se forma a partir da diferença:

> Ao analisar como as identidades são construídas, sugeri que elas são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ao "forasteiro" ou ao "outro", isto é, relativamente ao que não é. Essa construção aparece, mais comumente, sob a forma de oposições binárias. A teoria linguística saussureana sustenta que as oposições binárias – a forma mais extrema de marcar a diferença – são essenciais para a produção do significado (2014, p. 50).

A construção das identidades ocorre frequentemente através da comparação com o que é considerado diferente, o outro. Essa ideia é importante em várias abordagens sociológicas e culturais, nas quais as identidades se definem em contraste com grupos ou categorias percebidos como distintos. De acordo com a teoria de Saussure, o significado das palavras surge das suas diferenças em relação a outras palavras no sistema linguístico, sendo essas distinções fundamentais para a comunicação e a compreensão.

Assim, também a construção das identidades se baseia nas diferenças e comparações entre grupos, com as pessoas, muitas vezes, ressaltando aspectos que as tornam distintas, como raça, gênero, classe social, nacionalidade e religião. No caso dos surdos, essa distinção é particularmente visível quando comparada à comunidade ouvinte, destacando as particularidades da experiência e da cultura surda em relação às normas auditivas.

Portanto, sustenta-se a afirmação de Woodward de que a teoria saussureana se relaciona com a identidade surda, na medida em que se escancaram as oposições binárias na linguagem. Nesse contexto, a língua de sinais, uma forma visual e gestual de comunicação utilizada pela comunidade surda, contrasta-se com a língua falada, criando uma dicotomia entre as formas de expressão. Assim, na linguagem falada, a língua de sinais e a língua falada são compreendidas em relação uma à outra, destacando suas diferenças estruturais e modos de expressão.

A identidade surda, por sua vez, frequentemente é construída em contraposição à identidade da comunidade ouvinte. Os surdos, muitas vezes, veem-se como distintos dos ouvintes em termos de linguagem, cultura e experiências compartilhadas. Desse modo, é inegável que a oposição entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte é fundamental para a formação da identidade surda.

A identidade surda se constrói a partir da comparação com a comunidade ouvinte, o que destaca as diferenças entre os dois grupos. A comunidade surda valoriza determinadas práticas culturais, como eventos onde a língua de sinais é a principal forma de comunicação, enquanto essas práticas podem ser menos conhecidas ou compreendidas pelos ouvintes. Assim, a identidade surda se desenvolve com base nessas diferenças, refletindo as oposições

descritas por Saussure. Essas distinções ajudam os surdos a entender melhor sua própria identidade em relação aos ouvintes.

Entretanto, no paradigma atual da inclusão, Woodward acrescenta outro fator – o da escolha:

> A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como "outros" ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...] (2014, p. 50-51).

A citação de Woodward ressalta duas maneiras pelas quais a diferença pode ser percebida: negativamente, através da exclusão e marginalização, ou positivamente, como uma fonte de diversidade, heterogeneidade e enriquecimento cultural. No caso da identidade surda, isso é especialmente relevante, já que a história demonstra que eles passaram por extremos da exclusão para a inclusão. Entendendo que a diferença é marcada em relação à identidade, a abordagem positiva da diferença cultural é essencial.

Tentar impor uma perspectiva auditiva aos surdos, especialmente no ambiente educacional, é inadequado e limitante. Em vez disso, é imperativo reconhecer e celebrar a diversidade cultural e linguística da comunidade surda. A compreensão da surdez vai além da mera perda auditiva. Envolve uma apreciação das características idiossincráticas dos surdos, como a experiência visual, o uso da língua de sinais e a formação de uma cultura independente do som.

Portanto, a incorporação da memória coletiva e as diferenças culturais na educação inclusiva representam o caminho para uma escola comprometida com a valorização da identidade surda. Esse reconhecimento e celebração da diversidade dentro da comunidade surda não só promove um ambiente escolar mais respeitoso e enriquecedor, mas também apoia o desenvolvimento integral de todos os alunos, independentemente das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressaltou a importância fundamental de reconhecer a identidade surda como uma construção cultural e social complexa que é influenciada pela memória coletiva e pela diversidade cultural. A integração da memória coletiva e da diferença cultural na educação inclusiva desempenha um papel vital no desenvolvimento integral dos alunos surdos, promovendo o respeito à diversidade e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao longo deste artigo, exploramos como a memória coletiva, influenciada por eventos significativos como o Congresso de Milão de 1880, moldou a identidade surda e afetou as práticas educacionais ao longo do tempo. A partir das perspectivas teóricas de autores como Maurice Halbwachs, Stuart Hall, Pierre Nora, Karin Strobel e outros, examinamos a formação da identidade surda em relação à diferença cultural, destacando a importância da percepção visual, da língua de sinais e das práticas culturais compartilhadas na construção dessa identidade. Reconhecemos a necessidade de se desenvolver práticas educacionais inclusivas sensíveis à identidade surda, garantindo que as experiências, valores e perspectivas da comunidade surda sejam respeitados e valorizados no ambiente educacional.

A identidade surda não se resume à ausência auditiva, mas é uma experiência visual, cultural e linguística única. Os surdos entendem o mundo principalmente pela visão, tornando essencial que as práticas educacionais reconheçam e valorizem essa perspectiva. A visualidade

no ensino é crucial para promover uma aprendizagem significativa e inclusiva, alinhando-se aos direitos humanos, que garantem o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de suas características.

Além disso, a diferença cultural pode ser vista de forma negativa, pela exclusão, ou de maneira positiva, como uma fonte de diversidade e enriquecimento. No contexto da identidade surda, é importante adotar uma abordagem que celebre e reconheça a diversidade cultural e linguística da comunidade surda, afirmando seu direito de existir e ser respeitada em sua singularidade. Portanto, quando a memória coletiva e a diversidade cultural são incorporadas na educação, a escola passa a valorizar e respeitar a identidade surda, contribuindo para a criação de uma sociedade mais inclusiva, onde todos têm a chance de aprender e crescer, independentemente de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Bruna Fagundes Antunes. **Discursos curriculares sobre educação matemática para surdos**. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/115736. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)]. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 8. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2025.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1: Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 159, n. 146, p. 1, 4 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca**: recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Brasília: SEESP/MEC, 2003. (Saberes e práticas da inclusão, 3).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133. (Educação pós-crítica).

HORT, Ana Paula Fischer; HORT, Ivan Carlos. **Educação especial e inclusão escolar**. Indaial: UNIASSELVI, 2017.

LOPES, Ana Carolina Arantes das Chagas; ABREU, Sandra Elaine Aires de. O Congresso de Milão (1880) como marco histórico-cultural na educação de surdos no Brasil. **Educação, Ciência e Inovação**, Anápolis, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/4469. Acesso em: 23 mar. 2024.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores culturais surdos: quando eles se

constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. esp., p. 81-100, jul./dez. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10541. Acesso em: 3 abr. 2024.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares [Tradução Yara Aun Khoury]. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em: 22 abr. 2024.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. 4. ed. Paris: Gallimard, 1997, v. 2.

PERLIN, Gladis T. T. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/5880. Acesso em: 7 abr. 2024.

QUADROS, Ronice Müller. **Inclusão de surdos**: uma das peças do quebra-cabeça da educação. São Paulo: Unesp/UNIVESP, 2012. [Graduação em Pedagogia, Conteúdos e Didática de Libras, v. 11, D24]. Disponível em: http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47938. Acesso em: 24 mar. 2024.

SILVA, Jailma Dionisio da; SILVA, Camila Michelyne Muniz da. A pedagogia visual no ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para surdos. **Principia**, João Pessoa, n. 58, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/5246. Acesso em: 3 abr. 2024.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. *In*: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 7-31.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Princípios).

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

STROBEL, Karin Lilian. História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas. *In*: QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis (org.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007. p. 18-37.

TAGLIAVINI. João Virgílio; TAGLIAVINI, Maria Cristina Braga. **Estrutura e funcionamento da educação básica:** constituição, leis e diretrizes. São Carlos: Edição do Autor, 2016.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72. (Educação pós-crítica).

Editores do artigo

Alex Lara Martins, Jandresson Dias Pires e Mariana Mapelli de Paiva